



TRIBUNAL
DE CONTAS
EUROPEU

PT

Discurso

Luxemburgo, 8 de novembro de 2016

Discurso proferido por Klaus-Heiner Lehne, Presidente do Tribunal de Contas Europeu

Apresentação do Relatório Anual do TCE relativo a 2015

Conselho da União Europeia (Assuntos Económicos e Financeiros)

Bruxelas, 8 de novembro de 2016

Em caso de eventuais diferenças, faz fé o discurso proferido.

ECA Press

Mark Rogerson – Porta-voz

Tel.: (+352) 4398 47063

Telemóvel: (+352) 691 55 30 63

Damijan Fišer – Adido de imprensa

Tel.: (+352) 4398 45410

Telemóvel: (+352) 621 55 22 24

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E-mail: press@eca.europa.eu

@EUAuditorsECA

eca.europa.eu

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

É uma grande honra para mim apresentar-vos hoje os trabalhos do Tribunal de Contas Europeu. Esta é a minha primeira reunião ECOFIN desde que fui eleito Presidente do Tribunal e gostaria de aproveitar o ensejo para olhar para a frente, bem como para trás, de modo a refletir sobre a forma como a governação financeira da UE deve evoluir nos próximos anos e analisar o passado imediato.

Acredito que nós - as instituições europeias - perdemos, em certa medida, a confiança dos nossos cidadãos. É o dinheiro deles que estamos todos a gastar e reconquistar essa confiança será um importante desafio para a UE. É evidente que é necessária uma reforma e que esta terá de assentar em alicerces financeiros sólidos. Na minha opinião, são necessários quatro elementos: a UE deve ter uma contabilidade rigorosa, assegurar-se de que as suas regras financeiras são aplicadas corretamente, obter otimização dos recursos e oferecer transparência e garantia.

As pessoas não poderão sequer começar a confiar em nós se não acreditarem que tomamos devidamente conta do seu dinheiro e podemos prestar contas com clareza da forma como o fazemos.

O nosso Relatório Anual relativo a 2015 conclui que as contas da UE apresentam uma imagem verdadeira e fiel. No entanto, é possível fazer mais. Por exemplo, a Comissão não elaborou uma estimativa de tesouraria para os próximos sete a dez anos. Uma estimativa desse tipo contribuiria para reconquistar a confiança. Porém, as previsões de pagamento a médio prazo que preparou são um passo na direção certa.

Em segundo lugar, a UE deve assegurar-se de que as suas regras financeiras são aplicadas corretamente.

As receitas e despesas do orçamento atual da UE são corretamente contabilizadas, mas estas últimas continuam a estar sujeitas a demasiados erros. No Relatório Anual do Tribunal, o nível de erro estimado é de 3,8%, sendo essencialmente semelhante ao dos últimos anos, mas ainda superior ao que gostaríamos. Os erros ocorrem sobretudo nos Estados-Membros. Por exemplo, o nosso relatório especial deste ano sobre os auxílios estatais na política de coesão revelou que os Estados-Membros detetam infrações numa taxa cinco vezes inferior à que é detetada nos controlos do Tribunal ou da Comissão.

A Comissão tomou medidas para melhorar a sua avaliação dos riscos e do impacto das medidas corretivas. Contudo, também neste domínio há margem para melhorias. Seria muito mais vantajoso

para o contribuinte europeu se a Comissão e os Estados-Membros despendessem devidamente uma maior parte do dinheiro logo desde o início.

O nosso relatório especial sobre os transportes marítimos na UE constatou a existência de muitos investimentos ineficazes e insustentáveis nos portos marítimos. Assinalámos um elevado risco de um montante de cerca de 400 milhões de euros ser desperdiçado. Muitas ligações rodoviárias e ferroviárias ao interior eram inexistentes ou inadequadas, o que implica que serão necessárias mais verbas públicas para que os investimentos iniciais funcionem. As recomendações formuladas nos nossos relatórios têm por finalidade melhorar investimentos como estes no futuro. Essas melhorias devem tranquilizar os nossos cidadãos.

É igualmente possível reduzir os erros melhorando a conceção dos regimes de despesas, especialmente no setor da agricultura, como observam vários dos nossos relatórios especiais. Os cidadãos não podem confiar num sistema que não compreendem - o que me leva ao terceiro elemento que mencionei: a boa governação financeira.

Os nossos cidadãos querem e precisam de ver a UE garantir a otimização dos recursos. Porém, a contabilização de todos os fundos e o cumprimento de todas as regras não é suficiente para garantir que os projetos financiados pela UE obtenham uma otimização dos recursos. Os cidadãos precisam de sentir que obtêm melhores resultados com o seu dinheiro.

Se não tiverem a certeza de que o sistema funciona a seu favor, não podemos esperar que confiem nele.

Por último, a confiança exige transparência e garantia. A Comissão tem de informar o Parlamento e o público em geral sobre as questões importantes e as informações apresentadas devem ser devidamente verificadas e auditadas de forma independente.

Contudo, a utilização crescente de instrumentos financeiros, que não são diretamente financiados pelo orçamento da UE nem auditados pelo Tribunal, apresenta riscos mais elevados para a transparência, a prestação de contas e a coordenação das políticas e das operações da UE. O nosso relatório especial sobre os instrumentos financeiros, relativamente ao qual adotam hoje as vossas conclusões, detetou que estes instrumentos nem sempre funcionaram com a eficácia que deveriam ter. As implicações nesta questão são claras para o FEIE (Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos). Este é um tema a que voltaremos em breve pois o nosso parecer sobre a prorrogação do FEIE e as suas melhorias técnicas será publicado até ao final deste mês. No próximo ano, publicaremos relatórios especiais sobre as garantias prestadas às pequenas empresas e as parcerias público-privadas geridas no âmbito do FEIE.

Quanto à garantia, as auditorias do Tribunal não só dão uma garantia independente, mas também incluem recomendações com vista a melhorar a governação financeira da UE. Verifica-se um elevado nível de aceitação e de execução das nossas recomendações pela Comissão.

Todavia, apesar de, globalmente, existir um nível razoável de conhecimento das recomendações do Tribunal aos Estados-Membros, o grau de acompanhamento formal é muito variável. Por conseguinte, não são abundantes as provas de alterações nas políticas e práticas nacionais.

Gostaríamos de colaborar mais estreitamente convosco para melhorar esta situação. É necessário melhorar a governação financeira da União Europeia. Se quisermos criar um sistema financeiro da UE capaz de reconquistar a confiança dos nossos cidadãos, a UE tem de introduzir as reformas certas e tem de o fazer rapidamente. Não apenas aqui em Bruxelas, mas em toda a União.

Agradeço a vossa atenção e terei muito prazer em responder às vossas questões.